

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

Nádia Ranke Detzel Alves

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E A EXPORTAÇÃO DE
SUCO CONCENTRADO DE LARANJA

ASSIS
2009

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

Nádia Ranke Detzel Alves

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E A EXPORTAÇÃO DE
SUCO CONCENTRADO DE LARANJA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Municipal
de Ensino Superior de Assis, como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Orientador: **Prof. Dr. Reynaldo**
Campanatti Pereira

ASSIS
2009

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E A EXPORTAÇÃO DE
SUCO CONCENTRADO DE LARANJA

Nádia Ranke Detzel Alves

BANCA EXAMINADORA

Professor Examinador

Professor Examinador

Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira
Professor Orientador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, e também à minha família, amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Chega a tão esperada hora, em que nos sentimos divididos entre o desejo de ir e o de ficar. Momento único, onde pessoas conviveram durante quatro anos, e agora devemos compartilhar esse momento com aquelas que nos foram mais próximas durante toda essa caminhada.

Agradeço este trabalho a Deus, por ter me concedido saúde, dedicação e muita determinação para alcançar todos os meus objetivos.

Agradeço aos meus pais, que proporcionaram meus estudos e me deram toda a estrutura necessária para percorrer meu caminho, sem fraquejar, e que nos momentos mais difíceis estiveram me incentivando e dando força para que jamais eu desanimasse ante qualquer dificuldade.

Agradeço meus amigos e familiares, em especial à Paula Bassegio, pois enfrentamos vários obstáculos neste último ano de faculdade e sempre uma ajudando a outra e, também aos demais, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, pela força e compreensão, e também aos demais professores da área de comércio internacional, pelas dicas e pelo incentivo.

A todos vocês, muito obrigada!

“A mente que se abre para uma nova ideia, jamais volta ao seu tamanho original”
Einstein

RESUMO

O presente trabalho buscou estabelecer o atual posicionamento do setor de fruticultura frente ao mercado internacional, apresentando dados de como proceder para realização de uma exportação. Mostra a importância do setor de fruticultura para a agroindústria brasileira, identificando a produção e a exportação de suco concentrado de laranja, com projeções futuras desse mercado, relatando o caso da Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrados de Frutas Ltda. Diagnostico o avanço das exportações e demonstro o quanto isso tem contribuído, de maneira significativa, para ao superávit da balança comercial do País.

Palavras-chave: exportação; macroeconomia; balança comercial; suco concentrado de laranja.

ABSTRACT

The present work sought to establish the current position of the fruit sector against the international market with details on how to proceed to perform an export. It showed the importance of the horticulture industry for the agriculture industry in Brazil, identifying the production and the export of concentrate orange juice, with future projections of this market, then reporting the case of Inter Brazil Ind. And Com. Fruit Concentrate. It diagnosed the increase of exports and demonstrated how it has contributed in a significantly way to the country's trade balance.

Key words: export; macroeconomics; trade balance; concentrate the orange juice.

RESUMEN

El presente trabajo ha buscado establecer lo actual posicionamiento del sector de fruticultura frente al mercado internacional, presentando los datos de cómo proceder en la realización de una exportación. Ha mostrado la importancia del sector de fruticultura para la agroindustria brasileña, identificando la producción y la exportación de zumo concentrado de naranja, con proyecciones futuras de ese mercado, relatando, entonces, el caso de la Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrado de Frutas Ltda. Se ha diagnosticado el avance de las exportaciones y ha demostrado lo cuanto eso contribuye de manera significativa para la balanza comercial del país.

Palabras clave: exportación; macroeconomía; balanza comercial; zumo concentrado de naranja.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Saída mensal de concentrado em Litros	46
Quadro 2 – Principais produtores de suco de laranja – 1998/1999	51
Quadro 3 – Composição do parque citrícola paulista	53

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Os Fundamentos da Macroeconomia	14
1.1. Aspectos gerais conceituais	14
1.2. Aspectos aplicados da macroeconomia	23
2. Balanço de Pagamentos e Balança Comercial do Brasil.....	32
2.1. Aspectos gerais conceituais	32
2.2. Dados evolutivos dos Balanços de Pagamentos e das Balanças Comerciais.....	36
3. Exportações Brasileiras: O Caso da Inter Brasil Indústria e Comércio de Concentrados de Fruta Ltda.....	49
3.1. A Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrados de Frutas Ltda.....	49
3.2. A evolução histórica da laranja enquanto matéria-prima	53
3.3. A agroindústria de suco de laranja	55
Conclusão	65
Referências Bibliográfica	67
Referências Eletrônicas.....	69

INTRODUÇÃO

As exportações são muito importantes, pois gera divisas para a economia do país, para uma empresa que deseja manter-se no mercado é necessário que elas estejam aptas a realizar exportações de qualidade seguindo todas as exigências do mercado consumidor, pois atualmente o mercado encontra-se altamente competitivo, e as empresas precisam se manter atualizadas para não perder mercado para os concorrentes.

O objetivo do trabalho é mostrar como o suco concentrado de laranja tem contribuído de forma positiva para a economia brasileira.

Uma transação que vale a pena destacarmos é a balança comercial, pois é onde registram todas as entradas e saídas do Brasil e em relação ao suco concentrado de laranja podemos concluir que a balança encontra-se superavitária.

O Brasil é mundialmente o maior produtor de suco concentrado de laranja e pode-se considerar este, um de seus principais produtos exportado, seguido pelos E.U.A. (Estados Unidos da América). É curioso destacar que mesmo encontrando-se em segundo lugar no ranking de produção, os E.U.A. é o maior consumidor de suco concentrado de laranja produzido pelo Brasil, consumindo cerca de 72% do suco concentrado brasileiro.

Em relação a esse mercado, a Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrado de Frutas Ltda, tem como objetivo conquistar mercado primeiramente nos E.U.A. seguido pela Europa, de forma a inserir o concentrado Tutty Citrus no mercado internacional. É uma empresa moderna que possui equipamentos de

última geração e esta disposta a cumprir todas as exigências necessárias para adquirir sua fatia no mercado internacional.

Para desenvolvermos essa discussão, o presente trabalho foi organizado em uma estrutura com três capítulos, sendo que no primeiro capítulo trata-se dos fundamentos da macroeconomia, discutindo os aspectos gerais conceituais e os aspectos aplicados da macroeconomia.

O segundo capítulo aborda o Balanço de Pagamentos e Balança Comercial do Brasil, discutindo os aspectos gerais conceituais e os dados evolutivos do Balanço de Pagamentos e das Balanças Comerciais.

O Terceiro capítulo explica as exportações brasileiras e o caso da Inter Brasil Ind. e Com. de concentrados de Fruta Ltda, a evolução da laranja enquanto matéria-prima e a agroindústria de suco de laranja.

1. Os fundamentos da macroeconomia

1.1. Aspectos Gerais Conceituais

A Macroeconomia diz respeito ao estudo dos principais fundamentos da política macroeconômica, bem como seus objetivos e os recursos utilizados para alcançá-los, através de uma análise simplificada de sua estrutura, dando ênfase a questões de curto prazo, relacionadas com o nível de atividade, de emprego e de preços. As políticas econômicas isoladas não são suficientes para alcançar os objetivos macroeconômicos. Elas necessitam da intervenção do governo no sentido de regular a atividade econômica e tentar levar a economia ao pleno emprego.

Williamson (1988, p. 117 e 118) afirma que:

Consideremos a curva de possibilidades de produção apresentada na Figura 7.1, que as possibilidades de produção são inteiramente aproveitadas, de modo que a produção sempre ocorreria em algum ponto – como P_0 , com os preços mostrados – na cpp. Esta posição é convenientemente descrita como de pleno emprego, embora seja importante entender que, na maioria dos países em desenvolvimento, as possibilidades de produção estão limitadas pelo estoque de capital e/ou de mão-de-obra qualificada e/ou de terra, e não pela oferta de mão-de-obra em geral, de modo que o pleno emprego pode ser compatível com muito emprego disfarçado ou até mesmo aberto de mão-de-obra não

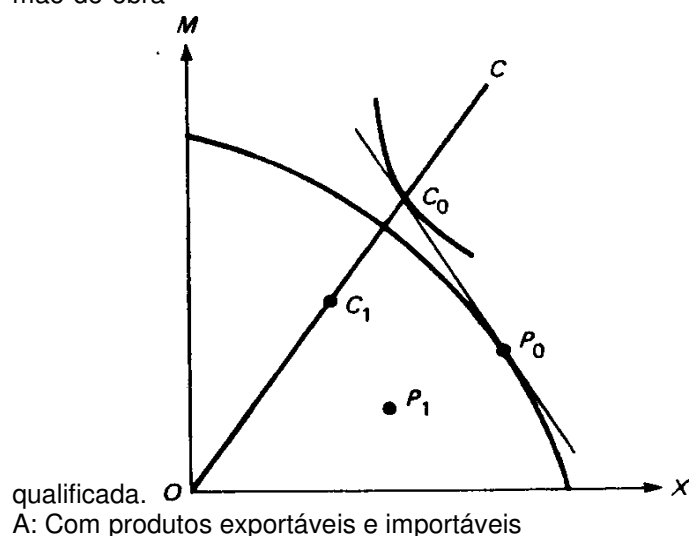


Figura 7.1 Desequilíbrio macroeconômico num diagrama microeconômico

O desemprego, tal como o termo é empregado em macroeconomia, refere-se a um ponto como P1 dentro da curva de possibilidades de produção.

A macroeconomia nos possibilita avaliar o comportamento da economia mundial através de um reduzido número de fatores, como o produto total de uma economia, o consumo, o nível geral dos preços e os investimentos. Importante citar que é através da intervenção do Governo que se possibilita levar a economia ao pleno emprego. Ou seja, o Governo, toma medidas para que haja diminuição ao máximo do desemprego, tendo como resultado uma economia mais forte. O movimento de compra e venda dentro do País é muito maior, fazendo com que haja maiores níveis de crescimento econômico.

A macroeconomia difere da microeconomia, pelo fato de estudar o sistema econômico como um todo, pois tem como objeto de pesquisa a renda nacional, o nível de emprego e nível geral dos preços, o consumo agregado, a poupança e os investimentos totais. Demonstra que é possível explicar a operação da economia, sem que haja necessidade de compreender o comportamento de cada indivíduo ou empresa que dela participam. A microeconomia ocupa-se da forma como agem as unidades individuais que compõem a economia: consumidores privados, empresas comerciais, trabalhadores, latifundiários, produtores de bens ou serviços particulares. Agem e reagem umas sobre as outras, apresentando uma visão micro de comércio em relação à macroeconomia, e conseguem ser mais detalhista nas suas análises do mercado interno.

Ackley (1989, p. 4) afirma que:

Macroeconomia distingue-se, naturalmente de microeconomia. Preocupa-se a macroeconomia, mais especificamente, com variáveis, tais como o volume agregado do produto de uma economia, com a intensidade com que seus recursos são empregados, com a dimensão da renda nacional, com o nível geral de preços.

Um dos principais meios de comercialização foi o mercantilismo, que corresponde a uma doutrina econômica, se afirmou na Europa colonial dos séculos XVI e XVII e que se baseava na convicção de que a riqueza e o poder de um país dependiam da quantidade de metais preciosos que esse mesmo país conseguia acumular. A grande maioria dos pagamentos internacionais se fazia, naquele momento, com ouro e prata. Toda a política econômica centrava os seus esforços na manutenção de uma Balança Comercial favorável de forma que a entrada de metais preciosos para pagamento das exportações fosse superior à sua saída para pagamento das importações. Para isso eram criadas medidas restritivas às importações através de pesadas taxas alfandegárias e em simultaneamente eram fomentadas as exportações através do estímulo ao desenvolvimento da produção manufatureira nacional.

Williamson (1988, p.19 e 20) afirma que:

Os mercantilistas argumentavam que a atração do comércio estava na oportunidade que ele oferecia de se obter um excedente na balança de pagamentos. As exportações eram uma “benção”, pois estimulavam a indústria e permitiam a importação de metais preciosos – o ouro e a prata (que os mercantilistas identificavam com a verdadeira riqueza.). As importações eram um peso, pois diminuía a demanda dos produtos da indústria doméstica e drenavam lingotes de ouro e prata. O conselho de política dado pelos mercantilistas era que a exportações e a produção deveriam ser estimuladas com apoio do Estado e com subsídios, enquanto que as importações deveriam ser desestimuladas por restrições protecionistas. O problema do mercantilismo é que ele não percebeu o ponto principal da essência do comércio, tendo, por conseguinte, deixado de reconhecer que suas conclusões só seriam validas em certos casos, e não em geral.

Os mercantilistas acreditavam que o seu país deveria exportar seus produtos de qualquer maneira para que pudessem enriquecer seu país e não conseguiram enxergar que a melhor maneira de comércio entre os países deveria ser voluntário, pois ambas as partes seriam beneficiados sem que houvesse a necessidade de um possuir excedentes e o outro déficit. Surge então o pensamento de Adam Smith.

Adam Smith que foi chamado o pai do liberalismo econômico, teve como principal idéia o comércio entre os países, combatendo o mercantilismo que não atendia às novas necessidades do capitalismo. Desenvolveu o liberalismo, apontando como as nações poderiam prosperar. Adam Smith confrontou as idéias de Quesnay (que afirmava que, alterando-se as quantidades, e os preços deixando de ser constantes, quebrava-se o fluxo circular) e Gournay (dava importância capital à indústria), afirmando que a desejada prosperidade econômica e a acumulação de riquezas não são concebidas pela atividade rural e nem comercial. Para Smith o elemento de geração de riqueza está no trabalho, no trabalho livre sem ter, logicamente, o Estado como regulador e interventor.

Carvalho e Silva (2000, p. 4 e 5) afirmam que:

A Riqueza Entre as Nações, Smith, nesse trabalho tinha um alvo claro: o mercantilismo. Atacava todo o conjunto de idéias mercantilistas defendidas e implementadas por chefes de Estados, altos funcionários, comerciantes e financistas.

A falha dos mercantilistas, segundo Smith, foi não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que se registre, necessariamente, um déficit para uma das nações envolvidas.

O Argumento de Smith a favor do livre comércio pode ser facilmente compreendido a partir de um exemplo. Suponhamos que haja apenas dois países no mundo, sendo um deles o Brasil. Vamos representar o Brasil por B e o outro país por W.

Mantendo-nos dentro do espírito da obra de Smith, vamos assumir que o único fator de produção relevante seja o trabalho, representado por L, e que o valor das mercadorias seja determinado pela quantidade de trabalho, medida pelas horas necessárias para sua produção. Consideremos ainda que esses países só produzam dois bens: M e X.

Sabemos que o Brasil é um país industrializado, mais não é o mais industrializado do mundo. Podemos supor, portanto, que temos mais facilidade em produzir produtos primários que bens industrializados.

Os produtos agrícolas serão representados por X e os produtos Industrializados por M.

É preciso definir também algumas características técnicas do processo de produção desses bens, em especial a relação entre as quantidades produzidas do bem e as quantidades de insumos necessários a sua produção.

Introduziremos esses conceitos no nosso exemplo admitindo, de início, que tanto B quanto W possuam o equivalente a 1.200 horas de trabalho disponíveis e que os coeficientes técnicos de produção dos bens M e X sejam os seguintes:

Quadro 1.1	Coeficientes técnicos de produção (em horas de trabalho)	
País	Bem	
	M	X
W	2	3
B	3	2

Segundo a teoria de Adam Smith existe comércio entre dois países desde que um tenha maior desempenho em determinado produto em relação a outro, pois dessa forma o país que tem maior desempenho num produto X se especializará cada vez mais nesse produto enquanto o outro país que tem maior desempenho em Y se especializará cada vez mais nesse produto. Dessa forma cada um tendo especialidades diferentes, pode-se exportar e importar esses produtos um para o outro, sendo para a época uma grande evolução em relação às comercializações que eram apenas no método mercantilista, ou seja, o objetivo principal dos governos era alcançar o máximo possível de crescimento econômico, através do acúmulo de riquezas (ouro e prata). Quanto maior a quantidade de riquezas dentro de um reino, maior seria o prestígio, do rei, incluindo aí, poder e respeito internacional.

O ouro e a prata eram metais que deixavam uma nação muito rica e poderosa, portanto os governantes faziam de tudo para acumular estes metais. A grande crítica de Adam Smith contra os mercantilistas baseou-se, portanto, no fato de que a riqueza de uma nação é mais adequadamente medida em termos de produção e consumo de sua população, e não na quantidade de metais preciosos em seu poder.

Dando seguimento ao raciocínio de Smith, surge então a economia clássica com o pensamento de David Ricardo com a teoria das vantagens comparativas.

Carvalho e Silva (2000, p. 9 e 10) afirmam que:

Sabemos que existem países pobres, sem tecnologia nem recursos para produzir mercadorias a custos reduzidos em relação aos das grandes potências. Essa situação não era contemplada pela teoria das vantagens absolutas. Entretanto, em 1817, David Ricardo apresentou a teoria das vantagens comparativas, que explica o comércio mesmo entre nações sem vantagem absoluta na produção de nenhum bem.

Voltando ao exemplo da seção anterior, suponhamos agora que os coeficientes técnicos de produção do país B na produção de X e M não sejam mais 2 e 3, mas sim 4 e 5, ou seja, não temos vantagem absoluta na produção de nenhuma mercadoria, em relação ao nosso parceiro W, como vemos no quadro 1.4:

Quadro 1.4 Coeficientes técnicos de produção (em horas de trabalho)		
País	Bem	
	M	X
W	2	3
B	5	4

Numa situação como essa, pelo raciocínio de Smith, como o país W tem vantagem absoluta na produção de ambas as mercadorias, não teria interesse em especializar na produção de nenhum dos bens, nem em comercializar com B.

Ricardo, argumentou porém, que o país W tem vantagem comparativa na produção de M, pois seu custo é equivalente a 40% do custo em B, enquanto o custo de produção de X é de 75% daquele apresentado em B. Isso significa também que o custo relativo para o país W produzir M é menor do que seu custo relativo pra produzir X.

David Ricardo fazia distinção entre a noção de valor e a noção de riqueza. O valor era considerado como a quantidade de trabalho necessária à produção do bem, contudo não dependia da abundância, mas, sim, do maior ou menor grau de dificuldade na sua produção. Já a riqueza era entendida como os bens que as pessoas possuem, necessários, úteis e agradáveis.

O preço de um bem era o resultado de uma relação entre um bem e outro.

Com o pensamento de Smith, Ricardo deu mais um grande passo para a economia mundial, provando que pode existir comércio entre dois países

mesmo que um deles tenha melhor produção com as mesmas mercadorias, pois o país que possui a vantagem se especializa na mercadoria que lhe fosse mais vantajosa, e deixaria a outra de lado, enquanto o país em desvantagem se especializa naquela em que o país que possui vantagem nas duas mercadorias a deixou de lado. Dessa forma, para o país que possui melhor produção em ambas as mercadorias acaba importando aquela que lhe é menos vantajosa do outro país para poder se empenhar e especializar cada vez mais na mercadoria que lhe é mais vantajosa e sendo assim o país em desvantagem na produção deixaria de lado a mercadoria em que o outro país já está se especializando e daria prioridade à outra mercadoria.

Quando falamos em macroeconomia também não podemos deixar de citar os considerados pais da macroeconomia, John Maynard Keynes (inglês) e Michael Kalecki (polonês).

Segue abaixo informações extraídas em notas de aula da disciplina Economia II (Teoria Macroeconômica) em 2007.

John Maynard Keynes (1883 – 1946): Lord inglês, economista de formação teórica / acadêmica, com base na escola clássica do pensamento econômico. Sua principal atividade como economista foi atuar junto ao tesouro britânico. Isto permitia a Keynes conhecer com detalhes as políticas econômicas do governo britânico.

Principais características do pensamento keynesiano:

- Rompe com a tradição do pensamento neo-classico. Acreditava que era necessário aperfeiçoá-lo, pois este deixava a desejar.
- Todo raciocínio de sua análise econômica tem como base o curto prazo. Acreditava que a longo prazo poderia sofrer alterações e não teria soluções, portanto suas análises eram realizadas no prazo de no máximo um ano.
- A base do seu pensamento foram as respostas à situação da Grã-Bretanha durante a crise que ocorreu nos países do chamado “mundo capitalista” ao

longo das décadas de 20 e 30, pois a falta de crescimento econômico gerou vários problemas, um deles foi a recessão profunda, onde não há o aumento de riquezas do país. Dessa forma a população não tinha renda o suficiente para produzir.

- Desenvolve importante preocupação a capacidade ociosa das empresas, bem como o nível de desemprego.

Duas grandes fraquezas do sistema capitalista, segundo Keynes, era a distribuição desigual das riquezas produzidas e a incapacidade de gerar situações de pleno emprego.

Caves, Frankel e Jones (2001, p. 319 e 326) afirmam que:

O modelo Keynesiano pode ser aplicado a um velho problema de Macroeconomia Internacional. O problema da transferência originou-se com os pagamentos de compensações de guerra, tais como os que a Alemanha fez à França depois da Primeira Guerra Mundial. Contudo, a lógica desse problema pode ser aplicada sempre que houver uma transferência de renda de um país para outro. Como sustentamos a hipótese de que os preços de bens domésticos estejam fixos (em termos da moeda doméstica), o modelo Keynesiano: as alterações na demanda se refletem na produção e não no preço.

Keynes buscava soluções para os fatos encontrados na época. A crise da década de 20. Ele raciocinava em cima dos acontecimentos da época e buscava soluções para os problemas como desemprego, recessão profunda, a capacidade ociosa das empresas, entre outros.

Segue abaixo informações extraídas em notas de aula da disciplina Economia II (Teoria Macroeconômica) em 2007.

Michael Kalecki (1899 - 1970): Economista polonês de formação teórica acadêmica fundamentada na escola marxista do pensamento econômico. Suas

principais atividades profissionais se deram em organismos internacionais, como por exemplo, junto a Organização das Nações Unidas (ONU). Sua principal preocupação enquanto economista era com o processo de desenvolvimento econômico das nações.

- 1929: Crise de 29, Kalecki desenvolve uma série de estudos econômicos junto ao instituto de pesquisas de conjuntura econômica e preços da Polônia.

- 1933: Elabora um importante esboço de uma teoria sobre desenvolvimento econômico, em que desenvolve os princípios relacionados à demanda efetiva.

- 1935: Os trabalhos de Kalecki são publicados nos idiomas: francês e inglês. Vale ressaltar que o foco de estudos entre Keynes e Kalecki era o mesmo (a crise da década de XX), porém tinham idéias diferentes.

- 1946: Kalecki passa a fazer parte de um seleto grupo de economistas que atuavam na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi em 1946 o ano de falecimento de Keynes e também final da 2ª guerra mundial. Kalecki passa a ser um dos principais economistas da época, chefiando a economia da ONU (permanece na ONU cerca de dez anos) na reconstrução de vários países. A partir de sua saída da ONU, Kalecki passa a dar aulas em universidades como professor convidado.

Segundo Kalecki os principais problemas a serem resolvidos em função da crise na década de XX eram:

O fim da 2ª guerra deixou um alto nível de desemprego mundial, e como consequência, vários países economicamente afetados. A capacidade ociosa, estoque de capital, que consequentemente gerava desemprego, pois as máquinas eram mantidas desligadas por um determinado período, resultando na redução dos níveis de renda. São características básicas de recessão profunda.

Miglioli (1980, p. 11 e 12) afirma que:

Em janeiro de 1940 Kalecki se transfere para o Instituto de Estatística da Universidade de Oxford, o qual, nessa época, se voltava principalmente para estudos econômicos e estatísticos relacionados com os problemas da guerra para a Grã-Bretanha. Muitos dos seus trabalhos nesse período tratam desses problemas: a situação financeira, a inflação, o emprego, etc, durante a guerra. Entre eles destacam-se seu plano de raciocínio do consumo, que encontrou a oposição dos conservadores.

A passagem de Kalecki pelo departamento econômico da ONU não foi politicamente tranqüila. Em 1951 havia passado dois meses como assessor econômico da ONU junto ao governo israelense, mas, quando o governo mexicano o convidou para a mesma função, o Secretariado da ONU se opôs, procurando evitar que exercesse influência sobre a política econômica dos países subdesenvolvidos.

Kalecki acreditava na solução a longo prazo. Teve uma grande presença na Organização das Nações Unidas, onde permaneceu por cerca de dez anos, e seu principal foco era obter soluções para os países afetados pela crise.

Kalecki, um marxista, e Keynes um crítico da escola clássica, demonstraram, por métodos diferentes, que a intensidade da atividade de uma economia tem uma relação direta com a renda das pessoas e uma relação inversa em relação à taxa de juros. Quanto maior a taxa de juros, menor a propensão ao investimento por parte dos capitalistas, e menor a propensão ao consumo por parte dos trabalhadores, gerando maior desemprego e ociosidade nas fábricas.

1.2. Aspectos aplicados da macroeconomia

Acreditamos que o Banco Central, enquanto autoridade monetária que é, se interessa pelo que ocorre no ambiente do Sistema Financeiro Nacional e com a estabilidade monetária, dos mercados financeiros e das instituições que neles atuam.

Contudo, a percepção completa das relações macroeconômicas ultrapassa os limites ditados pelas questões financeiras. Dessa forma, o Banco Central acompanha de perto, entre inúmeras outras variáveis, em diversos campos, tanto o comportamento da produção e dos investimentos, como o das relações do país com o exterior. Estas, aliás, são de seu particular interesse, pois também cabe ao Banco Central formular e executar a política cambial.

As relações entre comércio exterior e produção são sempre estudadas com atenção, traduzindo-se, muitas vezes, em interesse pela construção de projeções que permitam à autoridade monetária antecipar-se aos acontecimentos, com o intuito de reduzir ao mínimo as incertezas sobre o futuro. Em certos casos, porém, o Banco Central deseja ampliar seu conhecimento sobre questões estruturais, a fim de participar mais adequadamente, conforme as particularidades envolvidas em cada assunto de seu interesse.

Tal é o caso das matrizes insumo-produto que mostram tanto a estrutura produtiva da economia como as relações entre os setores, particularizando os fornecimentos setoriais de insumos para os setores produtores e de produtos para atender à demanda final. Algumas questões específicas, ligadas ao comércio exterior, podem ser discutidas a partir da análise daquelas matrizes, permitindo que o conhecimento a respeito de importação e exportação seja ampliado e, portanto, melhor qualificado.

Segue abaixo informações extraídas em notas de aula da disciplina Economia II (Teoria Macroeconômica) em 2007.

Wassily Leontief, economista e matemático russo radicado nos E.U.A. (Estados Unidos da América) desde 1931 (nasceu em 1906). Ele é considerado o apóstolo do planejamento econômico a partir da criação da técnica de

insumo-produto na análise dos grandes agregados econômicos. Ocupou diversos cargos de acessoria na ONU (Organizações das Nações Unidas) e no governo dos E.U.A. Foi professor titular na universidade de Harvard, onde desenvolveu as suas principais atividades profissionais. Em 1973 recebeu o prêmio Nobel de economia em função dos seus trabalhos com matriz de insumo-produto aplicados ao planejamento econômico.

A matriz insumo-produto ou matriz de Leontief é um sistema utilizado para medir a atividade econômica agregada de um país. Ela representa uma radiografia da estrutura da economia, pois mostra toda a cadeia produtiva, o que cada setor de atividade compra e vende para outros setores. Uma estrutura básica de matriz insumo-produto pode ser vista a seguir:

Produto

A - Destino produção C - Origem Produção	B - Demandas Intersectoriais		
	E-Sector 1	Setor 2	Setor3
D - Setor 1	F- X11	G - X12	X13
Setor 2	X21	X22	X23
Setor 3	X31	X32	X33

A – Destino da Produção: é para onde vão todos os produtos depois de prontos para qualquer tipo de utilidade

B – Demandas Intersectoriais: por um produto ser diferente de outro, cada um deles tem um ramo de mercado e a demanda intersectorial é a divisão de cada ramo por setor.

C – Origem da Produção: quando o produto está pronto depois de passado por todo o processo de produção.

D – Setor 1: por ser a origem ele vende para os outros setores que fazem parte do destino da produção.

E – Setor 1: faz parte do destino da produção portanto compra produtos dos setores da origem.

F – X11: o setor 1 está vendendo para o setor 1

G – X12: o setor 1 está vendendo para o setor 2, ou o setor 2 está comprando do setor 1.

Williamson (1988, p.19 e 20) afirma que:

Em 1953, o economista russo Wassily Leontief publicou um artigo no qual descrevia uma tentativa de verificar empiricamente o teorema de Heckscher-Ohlin. Seu trabalho anterior, com o qual recebera o prêmio Nobel em 1973, dissera respeito ao desenvolvimento da teoria de insumo-produto. Em resposta ao seu trabalho, tiveram início os esforços estatísticos para se construir tabelas de insumo-produto. A primeira tabela publicada foi a dos Estados Unidos, em 1947. Leontief admitiu que sua publicação dava oportunidade de fazer estimativas empíricas para determinar o conteúdo total de fatores incorporados nos bens comercializados pelos Estados Unidos, sabendo-se, assim, se suas exportações eram intensivas em capital e se suas importações eram intensivas em mão-de-obra como prevê o teorema de Heckscher-Ohlin.

Através da matriz insumo-produto desenvolvida por Leontief foi possível analisar com clareza a comercialização entre a origem do produto até o destino do mesmo, pois a idéia de Leontief é que cada setor absorve insumos de outros setores, além de produzir bens e serviços que serão posteriormente utilizados por outros setores para serem processados ou para o consumo final. Este método pode ser tanto aplicado aos modelos macroeconômicos de planejamento e desenvolvimento econômico nacionais, como aos modelos microeconômicos de análise de empresas individuais ou nos programas de desenvolvimento urbano, entre outros.

A contabilidade nacional ou Sistemas de contas nacionais nos permitem ter o conhecimento do desempenho macroeconômico do país. Um dos principais indicadores macroeconômicos é o PIB (Produto Interno Bruto). Ele é um mecanismo macroeconômico que permite fazer com que o país possa registrar todos os atos e fatos administrativos / econômicos que possam ser mensurados monetariamente. O PIB (Produto Interno Bruto) é um indicador macroeconômico mais comum e fácil de ser encontrado em relação a economia do país. Ele mede toda a riqueza que é gerada no país – tudo que é produzido nos setores primário, secundário e terciário. Ele é o único que avalia se houve crescimento econômico ou não no país. Se o PIB (Produto Interno Bruto) diminuir sistematicamente significa princípio de recessão, ou seja, a produção cai e a pobreza aumenta. Ele é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em períodos trimestrais e fechado anualmente.

É preciso ficarmos atentos com a presença de oligopólios, monopólios e outras imperfeições de mercado, pois podem gerar PIBs elevados sem que isso represente efetivamente um aumento da riqueza interna, portanto é importante saber sobre a inflação do país, pois na maioria das vezes o PIB (Produto Interno Bruto) aumenta, mas é em função do aumento de preço.

Vazquez (1997,p. 15) afirma que:

As transações comerciais, na ordem de U\$ 59, 646 bilhões (balanço comercial de 1993), representaram pouco mais de 12% do PIB nacional, cifra essa modesta, se a compararmos com a de países asiáticos, que se lançaram recentemente na arena internacional. O Brasil tem urgência de crescimento, para atender a uma demanda reprimida de uma população que ainda cresce desordenadamente, formada por milhares de jovens que chegam todo ano ao mercado de trabalho, num cenário pessimista, visto que o aumento de postos de serviços não acompanhou o crescimento experimentado pela economia no ano de 1993. É perverso o crescimento econômico. Se, de um lado, aumentou a riqueza nacional, esta não foi distribuída com equanimidade, visto que, a moderna tecnologia afasta das máquinas e equipamentos, os braços que precisam trabalhar.

Ele nos mostra um cenário de recessão ocorrido no Brasil passou em 1993. Neste período havia muita mão-de-obra, porém não havia emprego pra maioria das pessoas. Isso de forma direta prejudicava o PIB (Produto Interno Bruto) nacional pois haviam poucos os empregos para muitos empregados.

Vazquez (1997, p. 20) afirma ainda que:

Não temos duvidas de que as operações de comércio exterior formaram importante alavancador do crescimento do PIB brasileiro no ano de 1993. As exportações, notadamente na área automobilística, de minérios, de manufaturados e, de grãos, contribuíram decisivamente para que o aumento fosse alcançado e finalmente, estancada a evolução dos números negativos que mediam nossa riqueza nacional.

Conclui-se que no ano de 1993 o Brasil passava por uma grande recessão, que foi se normalizando através das exportações na área automobilística, de minérios, de manufaturados e de grãos, dando um salto no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) tirando o Brasil do momento de recessão do qual se encontrava.

A defesa comercial do Comércio Internacional foi regulamentada em 1948, com o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* - Acordo Geral

sobre Pautas Aduaneiras e Comércio) e, posteriormente foi incorporada pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

Amaral, (2002, p. 22 e 23) afirma que:

É interessante notar que, entre fins de 1994 e princípios de 1995, abre-se uma nova era para a história do comércio internacional e, em especial, para a projeção de Brasil em diferentes esferas que chamaríamos de “geocomerciais”. No âmbito sub-regional, o Mercosul se converte em união aduaneira, com o desenho de uma tarifa externa comum (TEC) e uma personalidade jurídica própria, que se afirmará em diferentes processos negociadores e se constituirá num exemplo inconcluso, embora de regionalismo aberto, com espetacular crescimento do comércio intrazona e expansão das trocas de bens e serviços com terceiros países. No espaço hemisférico, é lançada na Cúpula de Miami a idéia de se conformar, até o ano de 2005, uma área de livre comércio para as Américas (ALCA), envolvendo todas as economias do continente, à exceção de Cuba, e almejando a redução progressiva das barreiras ao comércio, ao amparo de regras eventualmente mais elaboradas do que as do Gatt ou dos acordos da OMC. E no círculo mais amplo, o multilateral, entra em funcionamento a Organização Mundial do Comércio, novo marco jurídico-institucional de caráter permanente, criado pela Rodada Uruguai para abrigar o Gatt revisto e atualizado desde a sua criação em 1947 (o chamado Gatt-1994), os novos acordos negociados desde então, e um sistema unificado de solução de controvérsias.

A defesa comercial no Mercosul se caracteriza por um conjunto de procedimentos cujo objetivo é proteger os países membros de práticas desleais no comércio internacional praticados por outros países.

Segue abaixo informações extraídas em notas de aula da disciplina de Direito em 2008.

1º Princípio: Elementar – realização de consultas prévias entre os Estados.

2º Princípio: Notificação à comissão de comércio do Mercosul.

3º Princípio: Intercâmbio de informações entre os Estados membros.

4º Princípio: Tempo máximo de três anos para as medidas antidumping e medidas compensatórias.

5º Princípio: Proibição de adoção de medidas de salvaguardas.

PROCEDIMENTO

1ª Etapa: Negociação.

2ª Etapa: Tribunal

3ª Etapa: Recurso

As soluções de controvérsias na OMC (Organização Mundial do Comércio) são realizadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) e ocorrem em três fases:

- Primeira fase: CONSULTAS – os países envolvidos estão obrigados a tentar a solução amigável, podendo até solicitar a mediação do Diretor Geral da OMC – as consultas podem levar até 60 dias.

- Segunda fase: PAINEL – não se chegando a um acordo, estabelece-se o Painel. Isso ocorre em reunião do OSC e é solicitado pela parte que se sentir prejudicada. No Painel tem-se o seguinte:

- * apresentação das razões por escrito;
- * primeira audiência;
- * segunda audiência;
- * perícia e laudos técnicos;
- * relatório descritivo, sem decisão, para manifestação das partes;
- * relatório final, com a decisão do caso.

Todo o Painel dura até seis meses.

- Terceira fase: APELAÇÃO – no prazo de 30 dias da decisão do Painel, qualquer das partes pode apresentar Apelação. Na Apelação deverá ocorrer a fundamentação do pedido, com nova interpretação dos acordos ou tratados, ou com fatos novos. Duração: até 90 dias.

Após a decisão final, esta deverá ser adotada pelo perdedor, se não o fizer sofrerá sanções comerciais e multa. As sanções deverão ser autorizadas pelo OSC.

2. Balanço de Pagamentos e Balança Comercial do Brasil

2.1. Aspectos Gerais Conceituais

A Balança Comercial representa o valor de todos os bens importados e exportados de um país. Em relação a isso, podemos dizer que a balança comercial de um país esta favorável quando as exportações superam as importações.

A Balança Comercial é uma das componentes da Balança de Pagamentos de determinado país, onde são registradas as importações e as exportações de mercadorias, nomeadamente bens primários / matérias-primas (bens alimentares, combustíveis, minério,...) e bens industriais (equipamentos, veículos,...).

Quando o montante das exportações é superior ao montante das importações diz-se que se verifica um superávit comercial. Na situação inversa diz-se que se verifica um déficit comercial. Para efeitos de análise e comparação entre diferentes países, é comum efetuar a análise em função do PIB.

(<http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/balancacomercial.htm>)

A balança comercial depende muito de como tem sido o comportamento da economia do seu país, a economia global e de como estão às negociações internacionais.

Um outro momento muito complicado pelo qual o Brasil passou foi entre 1995 a 1999, quando a balança comercial brasileira apresentou saldo negativo durante todos aqueles anos, transformando o cenário cambial de valorização para um de desvalorização, onde as exportações sempre apresentarem déficit e as importações superávit.

Amaral e Lima (2001, p. 117, 120, 126, 133 e 139) afirmam que:

1996 – Apresentou um novo saldo negativo, na balança comercial, de US\$ 5,5 bilhões, diferença de US\$ 2,1 bilhões a maior quanto ao de US\$ 3,4 bilhões registrados no ano de 1995.

1997 – Novo saldo negativo na balança comercial, de US\$ 8,4 bilhões, diferença de US\$ 2,9 bilhões a maior quanto à de US\$ 5,5 bilhões registrados no ano de 1996. Este fato deveu-se a um aumento nas importações de 15%, com um crescimento nas exportações de 11%.

1998 – Apresentou um novo saldo negativo – US\$ 6,4 bilhões – na balança comercial, diferença de US\$ 2,0 bilhões a menor em relação à de US\$ 8,4 bilhões registrados no ano de 1997. Este fato é consequência de redução nas importações de 6,2%, com uma diminuição de 3,5 nas exportações.

1999 - Novo saldo negativo de US\$ 1,2 bilhões na balança comercial, diferença de US\$ 5,2 bilhões a menor quanto a de US\$ 6,4 bilhões registrados no ano de 1998. Este fato deveu-se a uma diminuição de 14,5% nas importações com uma redução de 6,26% nas exportações.

Quando falamos em balança comercial, podemos logo relacioná-la com o balanço de pagamentos, onde são registradas todas as transações realizadas com outros países, por um determinado período de tempo. Entendemos, então, que a estrutura básica de um balanço de pagamentos compreende:

- Balança de Transação Corrente, que registra transações como exportações e importações de mercadorias e de serviços.
- Balança de Capitais, onde são registradas compras e vendas de ativos.

Furtado (1999,p. 260, 261, 265, 266 e 267) afirma que:

O balanço de pagamentos é um registro sistemático de todas as transações de um país com os demais. Obedece à metodologia recomendada pelo FMI no sentido de permitir uma avaliação dos valores dos quais um país se credita e se debita durante um ano.

Os registros contábeis são lançados de acordo com o princípio das “partidas dobradas”, ou seja, a um débito em uma conta correspondente um crédito igual de igual valor em outra.

O balanço de pagamentos compreende, tecnicamente, duas grandes rubricas:

- transações correntes;
- movimento de capitais.

O saldo das transações correntes ou da conta corrente do balanço de pagamentos é o resultado dos balanços de suas contas:

- comercial;
- serviços;
- transações unilaterais ou donativos.

Balança Comercial

A balança comercial ou conta comercial do balanço de pagamentos compreende:

- Exportações;
- Importações

EXPORTAÇÕES – as exportações são fundamentais para o país obter as divisas internacionais necessárias para adquirir bens e serviços essenciais ao seu crescimento econômico, cobrir déficits das transações unilaterais e para atender ao serviço de uma dívida externa.

IMPORTAÇÕES – As importações visam, com prioridade, à aquisição de bens de capital e insumos essenciais à produção, bem como produtos de interesse social, cuja produção nacional é insuficiente para atender à demanda interna .

Balança de Serviços

A balança de serviços ou conta serviços compreende:

- viagens internacionais - de residentes no país que vão para o exterior e de não-residentes que vem ao País;
- transportes – fretes, afretamento de navios, gastos portuários e outros afins;
- seguros;
- renda de capitais;
- despesas governamentais;
- serviços diversos.

Balança de Transações Unilaterais

A balança de transações unilaterais ou conta de transações unilaterais compreende o pagamento e recebimento de divisas sem contrapartida em mercadorias e serviços. Tem pouco significado, devido ao pequeno volume de valores movimentados.

Movimento de Capitais

Movimento de capitais ou movimentos compensatórios é a segunda grande rubrica do balanço de pagamentos e compreende os registros de ingresso e saída de capitais sob a forma de investimentos, financiamentos e amortizações.

O balanço de pagamentos é o demonstrativo da contabilidade nacional que descreve as relações comerciais do país com o resto do mundo. Podemos concluir, então, que nas transações correntes são registrados todas as transferências de bens e serviços. Já a balança de capitais contabiliza os investimentos num modo geral.

Quando às contas do balanço de pagamentos apresentam resultado negativo, significa que houve mais saída que entrada de recursos naquela rubrica contábil. As principais contas que normalmente apresentam resultados negativos são royalties, juros, as contas de serviços e rendas. As contas com resultado positivo, indicam, que houve uma entrada maior que a saída de recursos financeiros naquela rubrica contábil. As principais contas que

normalmente apresentam resultados positivos são: investimento direto, investimento em carteira, balança comercial.

Conclui-se que um resultado do balanço de pagamentos positivo significa um aumento das reservas internacionais.

Furtado (1999, p. 266) afirma, ainda, que:

A conta serviço do balanço de pagamentos brasileiro é tradicionalmente deficitário, devido, principalmente, ao nível de desenvolvimento econômico do País, que ainda necessita de tecnologia importada e poupança externa para atender aos investimentos internos.

Ele demonstra, a carência que o Brasil possui no que diz respeito à tecnologia de ponta, que interfere diretamente no desenvolvimento econômico, atingindo de forma negativa a conta serviço do balanço de pagamentos brasileiro.

O balanço de pagamentos brasileiro tem apresentado um cenário internacional negativo, em função da crise mundial. Os IEDs (Investimentos Estrangeiros Direto) deram um impulso na balança de pagamentos em janeiro de 2008, pois tivemos grandes investimentos. Todavia, para 2009 as perspectivas não são boas, e segundo analistas, os IEDs devem cair pela metade.

A crise atingiu com força o resultado das transações correntes do Brasil com o exterior (balanço de pagamentos) e os investimentos estrangeiros diretos (IED) no mês de janeiro, confirmando a expectativa de que o cenário internacional interferirá negativamente no volume total de ingressos de recursos no Brasil para o setor produtivo.

No caso do balanço de pagamentos, o saldo negativo de US\$ 2,753 bilhões veio pior do que o esperado pelos analistas, que esperavam um déficit entre US\$ 2,9 bilhões e US\$ 3,8 bilhões. Já o Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) somaram US\$ 1,930 bilhão, valor que não foi suficiente para cobrir o saldo negativo do balanço de pagamentos.

Para se ter uma ideia, em janeiro do ano passado, o saldo negativo do balanço de pagamentos era ainda maior, de US\$ 4,028 bilhões. Contudo, o País recebeu um volume maior de IED, de US\$ 4,826 bilhões, cobrindo o saldo negativo do balanço de pagamento de janeiro do ano passado.

IED de 2009 deve cair pela metade

Contudo, as perspectivas não são boas para os analistas. Na Tendências Consultoria Integrada, a projeção para o IED este ano é de US\$ 25 bilhões, ante US\$ 45,060 bilhões verificados em 2008. O economista André Sacconato teme pela possibilidade de alguns investimentos já previstos para este ano no Brasil serem cancelados. "Se isso realmente se confirmar, o impacto da crise será maior do que o esperado inicialmente, pois os investimentos previstos vinham se confirmando até dezembro do ano passado", considerou. (<http://www.estadao.com.br/economia>).

Em consequência do mal resultado apresentado pelo balanço de pagamentos, as perspectivas em relação aos os Investidores Estrangeiros Diretos (IDE) não são boas, e isso é muito negativo para o Brasil, pois os estrangeiros deixarão de investir no País.

2.2. Dados evolutivos dos balanços de pagamentos e das balanças comerciais

Em análises realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento, junto à SECEX (Secretaria de Comércio Exterior), em www.receita.fazenda.gov.br, é possível encontrarmos os principais produtos importados e exportados pelo Brasil no período de 2005 a início de 2009.

Exportação Brasileira – Principais Produtos
De janeiro a dezembro

Ano 2005

1. Minérios de ferro e seus concentrados
2. Soja mesmo triturada

3. Automóveis de passageiros
4. Óleos brutos de petróleo
5. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos
6. Aviões
7. Farelo de resíduos de extração de óleo de soja
8. Aparelhos transmissores ou receptores e componentes
9. Café cru ou em grão
10. Parte de peças para veículos automóveis e tratores

Ano 2006

1. Minérios de ferro e seus concentrados
2. Óleos brutos de petróleo
3. Soja mesmo triturada
4. Automóveis de passageiros
5. Açúcar de cana bruto
6. Aviões
7. Carne bovina congelada, fresca ou resfriada
8. Parte de peças para veículos automóveis e tratores
9. Café cru em grão
10. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos

Ano 2007

1. Minérios de ferro e seus concentrados
2. Óleos brutos de petróleo
3. Soja mesmo triturada
4. Aviões
5. Automóveis de passageiros

6. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos
7. Carne bovina congelada, fresca ou resfriada
8. Café cru em grão
9. Parte de peças para veículos automóveis e tratores
10. Açúcar de cana bruto

Ano 2008

1. Minérios de ferro e seus concentrados
2. Óleos brutos de petróleo
3. Soja mesmo triturada
4. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos
5. Aviões
6. Automóveis de passageiros
7. Farelo de resíduos de extração de óleo de soja
8. Café cru em grão
9. Carne bovina congelada, fresca ou resfriada
10. Produtos semimanufaturados de ferro ou aço

Início de 2009

1. Minérios de ferro e seus concentrados
2. Açúcar de cana, em bruto
3. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos
4. Óleos brutos de petróleo
5. Pastas químicas de madeira
6. Farelo de resíduos de extração de óleo de soja
7. Café cru em grão
8. Soja mesmo triturada

9. Milho em grão

10. Aviões

Podemos verificar que o Brasil tem como carro-chefe das exportações o minério de ferro e seus concentrados, que tem se mantido na primeira colocação no período analisado.

Importação Brasileira – Principais Produtos

De janeiro de 2005 a início de 2009

Ano 2005

1. Petróleo bruto
2. Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos
3. Partes e peças para veículos automóveis e tratores
4. Partes de aparelhos transmissores ou receptores
5. Medicamentos para medicina humana e veterinária
6. Naftas
7. Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas
8. Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas
9. Instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc.
10. Motores para veículos automóveis e suas partes

Ano de 2006

1. Petróleo bruto
2. Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos
3. Partes de aparelhos transmissores ou receptores

4. Partes e peças para veículos automóveis e tratores
5. Medicamentos para medicina humana e veterinária
6. Automóveis de passageiros
7. Óleos combustíveis (óleo diesel, “fuel-oil”, etc.)
8. Naftas
9. Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas
10. Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas

Ano de 2007

1. Petróleo bruto
2. Partes e peças para automóveis e tratores
3. Medicamentos para medicina humana e veterinária
4. Automóveis de passageiros
5. Óleos combustíveis (óleo diesel, “fuel-oil”, etc.)
6. Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos
7. Naftas
8. Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas
9. Instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc.
10. Circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia

Ano de 2008

1. Petróleo bruto
2. Automóveis de passageiros
3. Óleos combustíveis (óleo diesel, “fuel-oil”, etc.)
4. Partes e peças para automóveis e tratores
5. Medicamentos para medicina humana e veterinária
6. Cloreto de potássio
7. Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos
8. Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas

9. Gás natural
10. Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas

Início de 2009

1. Petróleo bruto
2. Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas
3. Automóveis de passageiros
4. Medicamentos para medicina humana e veterinária
5. Partes e peças para automóveis e tratores
6. Gás natural
7. Produtos laminados planos de ferro ou aços
8. Aviões
9. Partes e peças de aviões, helicópteros e de outros veículos aéreos
10. Motores e turbinas para aviões e suas partes

O petróleo bruto vem, há alguns anos, sendo o produto mais importado pelo Brasil. Para o Brasil, o produto importado é compensatório, pois o preço do mercado interno não é viável ou a produção não é suficiente para atender a demanda interna.

A balança comercial do petróleo no Brasil encerrou o primeiro semestre com um déficit de US\$ 695,4 milhões, apesar de as exportações de petróleo e de derivados terem superado as importações respectivamente em 76,5 mil e 1,42 mil barris. Apesar do aumento no volume de exportações em relação ao de importações, em comparação com o ano passado, porém, a receita com a exportação de petróleo nacional (US\$ 2,801 bilhões) no primeiro semestre ficou 48% menor do que no mesmo período em 2008, assim como a receita com as exportações de derivados caiu 55%. O dispêndio com as importações de petróleo e derivados também caiu pelo mesmo motivo, respectivamente 54% e 61%. A queda tanto no valor das exportações quanto nas importações se deve principalmente ao valor do preço do petróleo no mercado internacional, que despencou no período. O preço médio do petróleo importado no primeiro semestre de 2009 foi de US\$ 52,01, ante US\$ 107,7 no mesmo período em 2008. Já o petróleo exportado pelo Brasil, tradicionalmente mais barato, por ser mais pesado do que o

óleo leve de referência no mercado internacional, teve um ganho relativo este ano. No primeiro semestre de 2008, o preço médio do petróleo exportado era de US\$ 56,17, ou 52% em relação ao valor do óleo importado. Já no primeiro semestre de 2009, o valor médio foi de US\$ 36,4, ou 69,98% do valor do barril de óleo importado.
(<http://www.estadao.com.br/economia>)

É visível a importância que o petróleo tem na economia brasileira, fato constatado na descrição do item em que se relaciona os produtos importados de 2005 até início de 2009, em primeiro lugar. É importante citar que mesmo com o aumento das exportações nesse ramo, comparadas com o mesmo período do ano passado, a receita com a exportação de petróleo nacional no primeiro semestre ficou 48% menor, se comparada ao mesmo período de 2008. Isso se deu pelo valor do preço do petróleo, que despencou. Portanto, é importante sempre analisar e compararmos o preço dos produtos e não somente a quantidade de exportação e importação, pois o preço pode mudar o cenário econômico.

Furtado (1999, p. 204) afirma que:

O impacto causado pelo aumento violento do preço do petróleo no mercado mundial não repercutiu de modo mais grave na balança comercial brasileira devido ao aumento quase simultâneo dos preços de alguns produtos de exportação - principalmente do café, que participava com cerca de 22% da receita cambial -, bem como ao bom nível das reservas internacionais, superior a 6,4 bilhões de dólares, suficiente para atender a mais de um ano de importações.

É incontestável a importância do café para o processo de formação e desenvolvimento da economia brasileira. Este produto tornou-se fator determinante no processo de formação do capitalismo brasileiro, sendo por isso, alvo de constantes intervenções e regulamentações pela importância que assumiu no contexto da economia nacional.

O desenvolvimento da economia cafeeira, diferentemente da economia açucareira, propiciou o crescimento político e social dos homens de negócio do

café, gerando a denominada “burguesia cafeeira”. Assim, a economia e o capital cafeeiros ultrapassaram as lavouras.

A expansão do setor cafeeiro determinou o desenvolvimento das estradas de ferro, em função da necessidade devido à expansão na produção, o desenvolvimento da mecanização, substituindo secadores manuais pelos mecânicos e introduzindo, no processo produtivo, os classificadores a vapor. A transferência em massa de trabalhadores europeus para as lavouras cafeeiras, ocorrida em 1870, proporcionou a mudança da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada. O desenvolvimento do setor cafeeiro exerce, ainda hoje, forte influência nas casas bancárias, através das casas de exportação.

Furtado (1999, p. 113) afirma que:

O café foi introduzido no Brasil pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que trouxe sementes e mudas de Caiena (Guianas) em 1727. Plantado no Grão-Pará, sua cultura não chegou a se expandir em grande escala, como ocorreu um século após na região Sudeste, no planalto central; mesmo assim, em 1767, o Grão-Pará exportava alguns milhares de arrobas do produto para a Europa, mantendo-se como principal exportador brasileiro até o início do séc. XIX. A cultura do café, juntamente com a extração de espécies florestais, compensou, de certa forma, o Norte da falta de atividades mineradoras intensas como ocorria nas regiões ao sul, na mesma época.

No começo dos anos 80, a economia brasileira foi obrigada a se adequar às novas condições externas. O ajustamento do balanço de pagamentos passou a ser o objetivo central da política econômica.

Ocorreu, entre 1981 e 1983, a primeira recessão desde o início dos anos sessenta. A inflação aumentou e o combate à inflação foi um fator conflitante com as desvalorizações cambiais

Pensando em superávits comerciais, o Governo buscou novas fontes de energia e reorientou a economia no sentido de aumentar as exportações.

Houve grandes investimentos na produção e exploração de petróleo e em fontes alternativas de energia, como o álcool. Como resultado, a dependência com relação ao petróleo diminuiu. Para recuperar a competitividade das exportações brasileiras no mercado internacional, o governo desvalorizou a moeda, em 1983, visando a complementar a maxidesvalorização da moeda em 1979. Foram, também, concedidos subsídios a produtos exportáveis.

Além disso, a recessão ajudou a aumentar as exportações, já que se podia exportar o que antes era destinado à demanda interna. O governo passou a combater a inflação por controle de preços, o que provou ser ineficaz. Além disso, os gastos públicos foram reduzidos, os impostos aumentados e os preços das tarifas públicas corrigidos, visando a reduzir o déficit do Governo. Isto forçou, ainda mais, a queda da demanda agregada. A política monetária limitou seletivamente o crédito interno e manteve as taxas de juros acima das taxas internacionais, o que aumentou o serviço da dívida do Governo.

O Fundo Monetário Internacional passou a monitorar a economia brasileira a partir de dezembro de 1982. O grande superávit comercial e mais o uso de todas as reservas de divisas disponíveis não tinham sido suficientes para cobrir o déficit do balanço de pagamentos. Além disso, não entraram empréstimos externos e os juros internacionais crescentes, aumentaram ainda mais o serviço da dívida externa.

O balanço de pagamentos continuou sendo o centro da política macroeconômica. O objetivo principal foi reduzir o déficit em conta corrente. O governo cortou subsídios às exportações e aumentou os preços das tarifas públicas, porém, a inflação não se reduziu e a queda do PIB acentuou-se em 1983.

Durante o período 1981-1983, praticamente todos os setores da indústria tiveram sua produção reduzida. Uma das poucas exceções foi a

indústria extrativa mineral, que cresceu por causa do aumento da produção doméstica de petróleo.

Furtado (1999, p. 211) afirma que:

No início de 1982, a balança comercial brasileira apresentou, todavia, saldos inferiores aos previstos, sem tendência a aumentar nos meses seguintes, devido às fortes geadas corridas no inverno de 1981, que comprometeram a safra de 1981-82, e à conjuntura internacional pouco favorável.

As restrições às exportações brasileiras não agravaram ainda mais o ajuste do balanço de pagamentos – que em 1982 acusou o déficit recorde de 8.828 milhões de dólares – porque o País, ao contrário de períodos anteriores, apresentava maior diversificação de produtos exportados com crescente participação dos industrializados.

Mesmo em um período de crise, o Brasil, de alguma maneira, tentou livrar-se do déficit na balança comercial que acabou sendo inevitável, batendo recorde de 8.828 milhões de dólares no período de 1981-83. O esforço concentrado do Governo no sentido de promover exportações e restringir importações, visando ao ajuste das contas correntes do balanço de pagamentos, foi em grande parte compensado, pois as exportações no quinquênio 1980-84 superaram em 174% as registradas no quinquênio anterior (1975-79).

O Plano Real, programa brasileiro de estabilização econômica, foi considerado o mais bem-sucedido dentre todos nos últimos anos para combater a inflação crônica. Nasceu no governo Itamar Franco, que nomeou Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, o qual soube escolher bem sua equipe de economistas e elaborar um plano que realmente controlasse a inflação. O plano teve, como objetivo, criar uma Unidade Real de Valor (URV), onde todos os produtos ficariam desvinculados da moeda vigente, denominado Cruzeiro Real. Ficou estabelecido que uma URV corresponderia a US\$ 1,00. O Cruzeiro Real se desvalorizava em relação a URV e o dólar. Porém, foi determinado um prazo para de vigência, e depois a URV passou a ser referência de cálculo para preços e contratos firmados desde sua criação, o

Cruzeiro Real foi deixando, aos poucos, de ser referência e também o caráter de moeda.

Em 1994 os dois principais candidatos à presidência da república foram: Luís Ignácio Lula da Silva do PT e Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Como Ministro da Fazenda, conseguiu êxito com o Plano Real, e a instituição da URV no governo de Itamar Franco, depois de tantos planos fracassados nos governos anteriores. Todo esse quadro era favorável ao PSDB, que formou uma frente partidária, a princípio com o PSDB/PFL/PTB, e todo esse quadro levaria ao seu êxito eleitoral, e também à chamada governabilidade, elegendo Fernando Henrique Cardoso Presidente da República já no primeiro turno.

O PSDB encontrou na Argentina e no México, os modelos ideais de planos econômico para controlar a inflação satisfatoriamente. Foi necessário fazer pequenas modificações para implantar no Brasil, denominado de Plano Real. Nascia o Real como a nova moeda brasileira, valorizada acima da cotação do dólar norte-americano. A nossa moeda ficou tão forte que podemos destacar muitos benefícios: As importações de matérias-primas e máquinas ficaram mais fáceis e tinham seus custos reduzidos. Os produtos importados chegavam para o Brasil com os preços abaixo dos produtos similares nacional. O dólar seria a referência absoluta para todos os preços. A sociedade em geral apoiou o Plano, porque a inflação chegou ao nível mais baixo em toda a sua história, onde patrões e trabalhadores, não tinham mais razão de reivindicar aumentos. O governo fazia muita propaganda, e falava na melhora do poder aquisitivo dos menos favorecidos, que a partir do Plano Real poderiam comprar a crédito, porque as prestações não sofreriam aumento todo mês como antes do plano. O brasileiro passou a comprar mais, a economia foi reaquecida.

A diferença dos planos anteriores é que o Plano Real conseguiu reduzir com a inflação muito alta, sem congelamentos de preços.

Furtado (1999, p. 228 e 229) afirma que:

Com a renúncia do presidente da República, assumiu o cargo o vice-presidente Itamar Franco, que exerceu o mandato de outubro de 92 a dezembro de 94, quando ocorreu a posse do novo presidente eleito (01/95).

Ainda no último trimestre de 1992, a economia brasileira deu mostras de recuperação:

- aumento da captação de recursos externos, através da emissão de bônus, notas e commercial papers, iniciada ainda em 1991 mas, agora, mais bem aceita no mercado financeiro internacional;
- aumento da receita de exportação, que superou em 31,6% as importações que, no mesmo período (1992), caíram 2,2% em relação ao ano anterior devido à instabilidade econômica interna;
- crescimento da massa salarial em decorrência mais do aumento da oferta de empregos do que do valor dos salários reais;
- aumento do fluxo de entrada de capitais estrangeiros.

Depois de três sucessivos ministros da Fazenda, em cinco meses de governo, assumiu Fernando Henrique Cardoso, que permaneceu até abril de 1994.

Os principais fatos econômicos que marcaram o governo Itamar foram:

- queda brusca da inflação, que passou a variar em baixos percentuais;
- aumento da credibilidade do País no exterior, principalmente após o acordo com os bancos credores em novembro de 1993;
- prosseguimento do processo de abertura da economia, com a adoção de uma política comercial mais liberal e a continuação do processo de desestatização de empresa, iniciado no governo anterior;
- progressiva melhora das contas públicas em decorrência da queda dos juros, cortes de despesas e alongamento da dívida pública federal com emissão de novos títulos de prazo mais longo;
- Programa de Ação Imediata – PAI, aprovado em junho de 1993 e conhecido como plano FHC-1.

Plano Real, compreendeu três fases distintas:

1ª fase – iniciada em março de 1994 com a aprovação do Fundo Social de Emergência, teve por finalidade estabelecer o equilíbrio orçamentário, mediante o aumento de impostos e cortes no gastos públicos, com vistas à redução do volume de emissões de moeda e de títulos públicos.

2ª fase – Iniciada com a criação da Unidade de Referência de Valor – URV -, que substituiu a Ufir e serviu de padrão de valor monetário.

3ª fase – Em 1º de julho de 94, o governo procedeu à reforma monetária adotando o real como moeda corrente, de valor equivalente à URV do dia anterior (CR\$ 2.750,00), e mantendo a paridade entre a nova moeda e o dólar (UR\$ 1,00 = R\$ 0,93).

O Plano Real teve, como objetivo, distribuir renda e incluir pessoas no mundo do consumo, da poupança e da produção, sendo uma questão não apenas de justiça social, mas de desenvolvimento econômico. Mais pessoas trabalhando, recebendo salários justos, poupando e gastando, significa mais lucros para as empresas, maior produção de bens para consumo interno e exportação, mais arrecadação de impostos e maior fluxo financeiro no sistema bancário.

3. Exportações Brasileiras: O Caso Da Inter Brasil Ind. E Com. De Concentrados De Frutas Ltda.

3.1. A Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrados de Frutas Ltda.

A empresa Inter Brasil Indústria e Comércio de Concentrados de Frutas Ltda., iniciou suas atividades em meados de 2004. Na época eram três sócios, com vasta experiência nas áreas administrativa, comercial e internacional. Localizava-se na Avenida Rui Barbosa, nº 1.822 em Assis.

Com métodos de fabricação pouco sofisticados, iniciou a produção com concentrado de laranja e uva. Atualmente é uma empresa sólida que tem produtos com qualidade inquestionável, perfeitamente adaptados aos mais exigentes paladares.

A empresa Inter Brasil Indústria e Comércio de Concentrado de Frutas Ltda. É detentora, hoje, da marca Tutty Citrus concentrado de fruta. Produz um produto 100% natural, totalmente isento de conservantes ou outro artifício. Rico em vitaminas, sais minerais, ferro, fósforo, potássio e outros ingredientes necessários para uma boa nutrição. É uma verdadeira fonte de energia e, por se tratar de um produto natural, esta deve ser armazenado em freezer para garantir a qualidade.

Em poucos anos de existência, a Inter Brasil já conquistou seu mercado alvo, por se tratar de uma empresa moderna, com equipamentos de última geração, com o mais alto nível de tecnologia.

Para atender seus clientes, a empresa produz atualmente, treze sabores, em embalagem de polietileno, de 1 litro, e bombonas de 5 litros. Os sabores produzidos são os seguintes: laranja com célula da própria fruta, laranja sem açúcar, limão, tangerina, caju, maracujá, abacaxi, goiaba, acerola, uva, manga, pêssego, laranja com acerola e morango.

Em pouco tempo foi notória a grande aceitação dos produtos no mercado, que teve nos sucos de laranja, juntamente com o caju e com a uva os “carros chefes” da empresa, como mostram as tabelas apresentadas a seguir, nos quais revelam as saídas desses produtos no decorrer do ano de 2009:

Quadro 1 – saída mensal de concentrados em litros no ano de 2009

SABORES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
tangerina	195	318	161	562	352	328
uva	1511	1289	1248	1301	1268	781
caju	1309	958	1102	889	1086	763
laranja com célula	1139	761	511	883	752	492
abacaxi	407	328	158	245	292	194
maracujá	459	303	378	449	162	312
manga	442	289	272	311	321	150
acerola	62	56	46	90	30	11
goiaba	9	49	19	41	5	3
limão	89	40	59	42	37	28
pêssego	216	150	116	0	0	0
laranja sem açúcar	19	150	50	76	75	33
laranja com acerola	222	262	262	189	210	61
TOTAL	6079	4953	4382	5078	4590	3156

Levando em consideração todos os sabores produzidos pela Inter Brasil, o concentrado de tangerina, de janeiro a abril, obteve uma saída crescente, com exceção ao mês de março. Já em maio e junho, a saída foi menor em consequência a mudança climática, pois, iniciou-se o inverno.

O concentrado de uva se manteve no topo, com maior saída durante os seis meses consecutivos. O concentrado de caju foi o segundo com maior saída, ficando abaixo apenas do concentrado de uva, durante os seis meses.

O concentrado de laranja com célula foi o terceiro com maior saída durante os seis meses. Em junho, porém, teve uma diminuição significativa na saída.

Os concentrados de abacaxi, maracujá e manga possuem, praticamente, a mesma média de saída.

Os concentrados de acerola, goiaba e limão, também praticamente se igualam nas saídas, e são os menos vendidos da empresa.

O concentrado de pêssego teve, nos últimos três meses, saída zero, pela dificuldade em se obter matéria-prima de qualidade, pois com a usada anteriormente não estava sendo viável para a produção, uma vez que o produto vencia no estoque. Atualmente a empresa adquiriu uma nova base de pêssego para a produção do concentrado, com alto nível de qualidade, e já é notória a grande quantidade de litros desse sabor vendido

O concentrado de laranja sem açúcar também tem pouca saída, motivada pela cultura brasileira, que prefere o suco com adição de açúcar. Os

estabelecimentos que preferem esse concentrado são os hotéis em geral. A venda do concentrado de laranja com acerola é realizada da seguinte forma: se um cliente opta por vender suco de laranja espremido na hora, a empresa oferece o concentrado de laranja com acerola. Os clientes, nesse caso, preferem adquirir também o concentrado de acerola; no caso de um pedido de suco de laranja com acerola o próprio cliente faz a mistura na hora de prepará-lo, o que torna a incidência de vendas desse produto baixa. Como foi dito anteriormente, sobre o concentrado de morango, não há informações sobre ele nos seis primeiros meses, pois foi lançado no mercado depois de junho.

Toda a diversidade de concentrado produzido, com alta ou baixa saída, é de extrema importância para a empresa, tanto economicamente como comercialmente, pois na hora de abordar um novo estabelecimento a diversidade de sabores faz a diferença.

Com o passar dos anos, começou a ser estudada a possibilidade de se exportar o suco concentrado de laranja, por terem sido realizadas pesquisas de mercado que resultaram na informação de que no exterior ele é o de maior procura. Esse fato se deve pela cultura desses povos. Observar a cultura de cada país é muito importante: cores, formatos, modo de exibição de um produto, consumos, entre outros. Para isso, também foram necessárias mudanças radicais, como a adequação da empresa, de forma a dotá-la de condições materiais e humanas num nível satisfatório, para que possa vencer os embates a serem travados com os importadores e com a concorrência.

Não podemos deixar de citar a importância de conquistar mercados internacionais, pois os riscos do negócio diminuem: há impacto positivo no faturamento da empresa; há ganho de marketing, de status; há incremento da competitividade, pois a logística da exportação, bem como a exposição do produto à concorrência internacional, exige aperfeiçoamento dos métodos de

produção e de controle de qualidade; desenvolvimento de tecnologia; prolongamento do ciclo de vida de um produto, entre outros.

3.2. A evolução histórica da laranja como matéria-prima

Um dos principais produtos da Inter Brasil é o suco concentrado de laranja que, como podemos observar no quadro 1, apresentou uma variação de 20% em relação aos primeiros seis meses do ano de 2009.

A laranja, enquanto matéria-prima do suco concentrado, espalhou-se pelo mundo, sofrendo mutações e dando origem a novas variedades. Durante a maior parte desse período a citricultura ficou entregue à sua própria sorte. O cultivo de sementes modificava aleatoriamente o sabor, aroma, a cor e o tamanho dos frutos.

As pesquisas e experimentos para aprimorar variedades de laranja começaram a ser desenvolvidas no Século XIX, na Europa. Já antes do Século XX, os Estados Unidos passaram a liderar os esforços técnicos nessa área. Todos os estudos sempre estiveram voltados para o melhoramento do aspecto, tamanho e sabor dos frutos, como também o aprimoramento genético para a obtenção de árvores mais resistentes às doenças e variações climáticas.
(http://www.portaldoagrovit.com.br/agro/fruticultura/a%20_historia_%20da%20_laranja.pdf)

Atualmente, os pomares mais produtivos, resultantes de uma citricultura estruturada, estão nas regiões de clima tropical e sub-tropical, destacando-se o Brasil, Estados Unidos, Espanha, países do Mediterrâneo, México, China e África do Sul.

Quarenta ou cinquenta séculos depois da sua presumível mutação, a laranja tem seu maior volume de produção nas Américas, onde foi introduzida

há 500 anos. São Paulo, no Brasil, e Flórida, nos Estados Unidos, são as principais regiões produtoras do mundo.

O início das exportações

Em princípios do século XX, a cultura da laranja não era considerada um grande negócio, mas havia uma vaga possibilidade de exportação. Em 1910, depois de algumas tentativas, se firmaram as exportações para a Argentina. O cultivo e a exportação de laranja passaram a ser um negócio que não apenas dava notoriedade, mas também dinheiro.

Na década de 20, a citricultura brasileira, ainda incipiente, guiava-se pelos manuais estrangeiros, os brasileiros interessados em laranja utilizavam informações baseadas na experiência dos Estados Unidos. A bíblia dos produtores brasileiros, "The Cultivation of Citrus Fruits", de Harold Hume, publicada nos EUA em 1926, só foi traduzida no Brasil em 1952.

Mas a transposição pura e simples dos padrões americanos não funcionou automaticamente. A laranja era um produto muito popular, mas poucos conheciam a fundo os métodos de cultivo; exportava-se regularmente, mas ninguém sabia a produção total, a área cultivada ou a produtividade.

(http://www.ufrgs.br/alimentus/feira/prfruta/SLC/pr_HistLarConc.htm)

Passou a existir o interesse nas exportações de laranja, quando notou-se que era uma fruta de grande aceitação de mercado. Não podemos deixar de citar que ela é também mais resistente que muitas outras frutas, como o morango. Por isso, o Brasil decidiu investir na laranja, mesmo sem experiência na área.

O Brasil começou a importar, junto com as tecnologias, técnicos de outros países e começou a desenvolver, com a ajuda das escolas e institutos que começavam a nascer no país, procedimentos e normas próprias.

Somente em 1927 é que o Brasil esboçou a primeira classificação para a exportação de cítricos. A partir da década de 30, a laranja passou a fazer parte de um movimento de diversificação da pauta de exportação brasileira e, em 1939, a laranja se tornou um dos dez produtos mais importantes na exportação do país.

Em 1932, o negócio da laranja havia tomado tal vulto que empresas de outros setores se voltavam para ele. Naturalmente a aventura da laranja ganhou uma maior consistência com a derrocada da lavoura cafeeira em 1929. Nessa época, o maior movimento produtor e exportador já se concentrava em São Paulo.

No início da década de 60 o Brasil já havia feito as primeiras exportações experimentais de suco concentrado de laranja, entretanto a partir de 1963 nasceu a indústria de suco voltada para a exportação e a fase denominada "modernização conservadora" da agricultura. As principais características deste período de 1965 a 1979 foram o crédito rural subsidiado, os incentivos às exportações e as isenções tributárias.

Na década de 80, apesar dos problemas causados pela crise financeira internacional, o setor continuou seu processo de expansão. A citricultura brasileira manteve o dinamismo nesse período devido as vantagens comparativas relacionada com clima, topografia e solo, a especialização de variedades apropriadas ao processamento, a avançada tecnologia agroindustrial e, por fim, a crescente demanda internacional do principal produto desse setor – o suco de laranja concentrado e congelado.

(http://www.ufrgs.br/alimentus/feira/prfruta/SLC/pr_HistLarConc.htm)

O Brasil, com a ajuda de institutos que começaram a nascer no País, passou a desenvolver suas próprias normas para as exportações de cítricos, e a partir de 1939 a laranja já passou a fazer parte dos 10 produtos mais importantes das nossas exportações. Com o passar do tempo, as exportações de laranja foram se aprimorando, até que se passou a exportar o suco de laranja concentrado e congelado.

3.3. A agroindústria de suco de laranja

Desde a década de 30 até a década de 80, a laranja passou por experimentos nas exportações brasileiras, se tornando um dos dez produtos mais importantes. Foi quando começaram a exportar o suco de laranja concentrado, obtendo-se subsídios do Governo para que o Brasil continuasse forte no ramo cítrico das exportações. Mesmo com o cenário mundial passando por crise, o setor manteve seu processo de expansão.

Hoje a maior parte da produção brasileira de laranja destina-se a produção de suco, sendo que este setor emprega cerca de 400 mil pessoas, gera divisas da ordem de US\$ 1,5 bilhão por ano e responde pela metade do suco de laranja produzido no mundo e 80% do suco concentrado que transita pelo mercado internacional (Santos et al) e é atividade econômica essencial de 322 municípios paulistas e 11 mineiros. A maior citricultura do mundo, em resumo.

A implantação e o desenvolvimento da agroindústria processadora de suco levou o Brasil, e sobretudo o interior paulista a ocupar a posição de liderança dos citricultores mundiais. Em 1999, 84% de toda a produção de laranjas, foi absorvido pelo setor de processamento, demonstrando a importância, da agroindústria para a citricultura paulista.

A aquisição da fruta no processo de industrialização do suco de laranja, principal produto da cadeia citrícola brasileira, representa cerca de 50 a 70% de seus gastos gerais, sendo o maior custo deste

processo de produção. Entretanto, a cadeia citrícola brasileira tem vantagem sobre a internacional devido à laranja nacional ser ofertada a preços mais baixos.

Nesse contexto, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial dos produtores de suco, com 54% do total produzido no mundo, conforme pode ser visualizado no quadro 2.

Quadro 2 – Principais produtores de suco de laranja – 1998/1999.

Países	Produção (t)	%
Brasil	1.258.000	54,06
EUA	900.000	38,68
México	38.000	1,63
Italia	32.319	1,39
Espanha	30.000	1,29
Total Mundial	2.326.973	100

(http://www.ufrgs.br/alimentus/feira/prfruta/SLC/pr_HistLarConc.htm)

Podemos concluir que desde o início das exportações da laranja e do concentrado já se pode notar diferença no cenário econômico brasileiro, pois com o passar dos tempos a exportação foi se fortalecendo. Como podemos notar no quadro acima, a produção do Brasil, comparada com a dos EUA, que estão em 2º lugar na tabela, é muito maior, resultado da grande procura pelo produto, pois com toda essa produção, os brasileiros consomem apenas 2% dela. Portanto, é notório que é um mercado para continuar a ser explorado.

O sistema agroindustrial da laranja é, sem dúvida, um caso de sucesso no Brasil. Afinal, é um produto que atende a cerca de 50% da demanda e 75% das transações internacionais, trazendo, anualmente, mais de US\$1 bilhão em divisas para o Brasil, no centro de uma cadeia produtiva que gera PIB equivalente a US\$5 bilhões de dólares.

Depois de crescer substancialmente, o parque citrícola encolheu, em 2000, para 700 mil hectares e 180 milhões de árvores. Apesar da redução de 12% na área plantada, e de 11% no número de árvores, a produção cresceu

30%, o que demonstra o significativo aumento de produtividade e capacitação do setor produtivo brasileiro.

Este sucesso é fruto de competência inigualável em produção, tecnologia industrial e logística e da seriedade e liderança mundial na pesquisa em citros.

Com relação à exportação de produtos como forma de obtenção de divisas, considerar-se-á o caso do concentrado de suco de laranja, que é produzido em Assis – SP, pela empresa Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrados de Frutas Ltda., que está estudando a possibilidade de exportar o concentrado de suco natural de laranja, que é o “carro-chefe” da empresa. Por enquanto, os alvos para a exportação são a Europa e os EUA, apesar de a maioria das exportações brasileiras de concentrado de suco de laranja já serem para os EUA, com 72%. Continua sendo viável, pelo fato dos norte-americanos terem um consumo *per capita* muito alto e também pelo clima daquele País não ser favorável para a plantação de laranja, fatores que tornam o preço da fruta elevado, o que determina um suco de laranja mais caro.

A Europa importa pouco suco concentrado de laranja (11% do total da produção brasileira) e se iguala ao dos EUA, no que diz respeito à fruta *in natura*, pois também não possui clima favorável para o plantio, e o suco em si é pouco explorado. Já foram feitas pesquisas que mostram a grande aceitação do produto e a pequena quantidade disponível no mercado europeu. Esses são os motivos pelos quais a empresa vem se organizando, visando a iniciar suas exportações. O Brasil consome apenas 2% do que produz, sendo que é utilizado, principalmente, como matéria-prima para refrigerantes. O paladar brasileiro, em relação a sucos, é mais exigente. Estamos acostumados com o suco de laranja espremido na hora, não pasteurizado, escolhendo a variedade de fruta, o que é muito diferente do sabor homogeneizado da indústria.

Neves e Scare (2001, p. 110 e 111) afirmam que:

O Negócio Citrícola

O Brasil é o principal agente mundial nessa importante cadeia. O quadro 3 mostra a exportação de suco de laranja concentrado pelo Brasil. São 2,5 milhões de toneladas no mercado mundial, no qual o Brasil representa mais de 1,2 milhão, ou cerca de 50% do suco produzido no planeta. Como os EUA, que são o segundo produtor, são também os primeiros consumidores mundial, consumindo o que produzem e importando relevantes quantidades, enquanto o Brasil exporta praticamente tudo o que produz, nossa participação está ao redor de 80% do produto mundial, exceto os EUA. Ou seja, em cada dez copos de suco de laranja bebidos no exterior, fora os EUA, oito vem do Estado de São Paulo. Provavelmente, não temos, exceto o diamante, nenhum outro produto no mundo com uma concentração desse tipo. Então, a Flórida e São Paulo, e não Brasil e EUA, representam 90% da produção mundial.

O Brasil pode considerar o suco de laranja concentrado um de seus principais produtos exportados, focalizando suas exportações principalmente para os EUA, pois dos 2,5 milhões de toneladas do suco produzidos no planeta, o Brasil é responsável por 50% do total dessa produção, concentrando a maioria no Estado de São Paulo.

Neves e Scare (2001, p. 110 e 111) afirmam que:

Quadro 3 – Composição do parque citrícola paulista

Ano	Pés novos	Pés em produção (milhões de árvores)	Total de pés	Produção (milhões de caixas)	Área (mil hectares)
1993	55,80	152,00	207,80	307,00	799,23
1994	39,40	144,60	184,00	274,73	707,69
1995	37,10	161,40	198,50	322,30	763,46
1996	36,11	196,74	232,85	375,67	895,58
1997	31,96	192,42	224,38	383,06	863,00
1998	28,08	199,33	227,40	340,67	874,63
1999	27,36	201,10	228,46	400,06	713,94
2000	25,59	198,40	223,98	365,80	699,95

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola); elaboração Cepea

O quadro demonstra que de 1993 até 2000 a quantidade de novos pés de laranja foi diminuindo, porém quando analisamos os pés em produção, podemos concluir que a diminuição foi pequena e os pés no total obtiveram mais aumento que diminuição. As milhões de caixas produzidas em 2000, dado mais recente, perde apenas para os anos de 1996, 1997 e 1999, que foi o ano de maior produção. Um fato que é interessante analisarmos é que a área de plantio também altera e, conseqüentemente, pode interferir na quantidade de produção.

Podemos concluir que mesmo com as pequenas alterações na produção o Brasil se manteve como o principal exportador do concentrado de suco de laranja, competindo com os EUA, que é o segundo produtor.

Barbosa (2002, p. 49), afirma que:

Em 1992, cerca de 90% das importações norte-americanas de suco concentrado de laranja (US\$ 230 milhões) provinham do Brasil; em 2001, tal participação tinha caído para 46%, a respeito de continuarmos a apresentar os menores custos de produção do mundo. De lá para cá, Costa Rica e México, sobretudo, conquistaram boas fatias do mercado norte-americano. As exportações costarriquenha, isentas de taxa, saltaram de menos de US\$ 4 milhões no início da década para US\$ 34 milhões em 2001 (15% das importações totais). O México, com uma quota tarifária preferencial de 151,4 milhões de litros até 2008, taxada a 4,625 centavos de dólar por litro (praticamente metade da tarifa imposta ao produto brasileiro) viu suas exportações passarem de menos de US\$ 7 milhões para US\$ 27 milhões em 2001, correspondente a uma fatia de 11,9% das importações dos EUA. As preferências tarifárias resultaram na ampliação dos investimentos setoriais nesses dois países, frequentemente com financiamento de bancos de desenvolvimento, como o banco mundial.

A proteção ao suco de laranja nacional parece haver encorajado o ingresso de companhias estrangeiras na indústria citricultura da Flórida. Mais de 50% da capacidade de processamento do Estado está hoje nas mãos de empresas de outros países. O Brasil está presente na Flórida por intermédio da Cutrale Sucocítrico, da Citrosuco Paulista e da Coimbra Frutesp, disputando com empresas norte-americanas o crescente e promissor mercado do suco *not-from-concentrate*, para o qual as importações são mínimas, dados os custos combinados da tarifa, transporte e estocagem.

Mesmo se tratando de um mercado amplo a ser explorado é importante ficarmos atentos quanto os concorrentes de países vizinhos, como o México e a Costa Rica, pois estão conquistando mercado, através de quotas tarifárias, e financiamentos bancários. É neste ponto que deveriam entrar subsídios do Governo brasileiro, para que desse sustentabilidade de mercado para o Brasil.

Todavia, o processo de exportação é uma atividade econômico-empresarial que deve se nortear por procedimentos bem planejados, seguros, organizados, de forma que não se constitua numa aventura empresarial, mas algo que transmita segurança e transparência ao mercado importador.

Nenhum importador quer celebrar importações com exportadores que não tenham o devido comprometimento com sua atividade. Ou seja, o importador quer receber produtos de alta qualidade, a preços atraentes, mas, também, que estas entregas ocorram com regularidade, e não acidentalmente, quando interessam comercialmente ao exportador.

Logo, é aconselhável que uma empresa que deseja realizar exportações o faça de forma paulatina, gradualmente, crescendo na medida em que ela se sinta mais segura a respeito das responsabilidades que está assumindo, bem como de conhecimento do mercado.

É vital, também, que todos os empregados da empresa estejam sensíveis às responsabilidades que essa atividade impõe, desde aqueles que ocupam os cargos mais simples.

Dentro deste corpo de empregados, a figura de destaque é do operador de exportação, o qual deve ter um perfil profissional bem definido.

É de fundamental importância que o profissional de exportação seja persistente e paciente. Deve, desse modo, atuar como um catalisador da “cultura exportadora” dentro da empresa. O profissional, além disso, deve possuir conhecimentos técnicos em comércio exterior e se manter atualizado, no que diz respeito à legislação pertinente, e ter ainda visão estratégica, flexibilidade, capacidade de comunicação e criatividade. Dominar um segundo idioma, com fluência, preferencialmente o inglês, o espanhol, também é fundamental, principalmente e quem dará os primeiros passos exportando para os países da América Latina, tradicionais parceiros do Brasil.

A prática de exportação é bastante detalhada e precisa cumprir rigorosas leis. Um dos órgãos responsável por gerenciar as atividades de comércio exterior no Brasil é a Câmara do Comércio Exterior (CAMEX).

A CAMEX foi criada em 1995, é o órgão responsável pela definição das diretrizes da política de comércio exterior do País. De acordo com o decreto nº 4.732 de 10 de junho de 2003, as decisões da CAMEX são deliberadas por um Conselho de Ministros, presidido pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A gestão das atividades do dia a dia é, por outro lado, realizada pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Desse modo a SECEX é responsável por planejar, implementar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades comerciais do Brasil de acordo com as diretrizes definidas pela CAMEX. Ele define normas e procedimentos administrativos e comerciais, implementados pelos seguintes departamentos:

- DEINT – Departamento de Negociações Internacionais – Desenvolve atividades junto a organismos internacionais, além de posicionar-se sobre retirada de concessões, regras de origem e programas de liberação comercial nos acordos firmados pelo Brasil.
- DECEX – Departamento de Operações de Comércio Exterior – Efetua o licenciamento e controle das operações de comércio exterior, definindo normas e procedimentos operacionais.
- DEPLA – Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior – formula proposta de planejamento da ação governamental e acompanha a execução das políticas e dos programas de comércio exterior.

Além disso, outros órgãos de governo estão diretamente envolvidos no processo, dentre eles a Secretaria da Receita Federal (SRF) e o Banco Central do Brasil (BACEM).

(aula de Sistemática do Comércio Exterior, proferida pelo professor Ms. Luiz Antonio Ramalho Zanoti).

A Câmara do Comércio Exterior (CAMEX), junto com alguns outros departamentos, tem por objetivo a formulação, adoção, implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

O SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior) é um instrumento administrativo, informatizado, que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, mediante fluxo único computadorizado, de informações.

O gerenciamento do SISCOMEX pertence à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), à Secretaria da Receita Federal (SRF) e ao Banco Central (BACEN).

É um programa cuja função é analisar as operações de comércio exterior, verificando os seus diversos parâmetros – preço, prazo, comissão de agente, condição e forma de pagamento, dentre outros -, de forma que as autoridades governamentais possam acompanhar e controlar esse processo, autorizando ou não a realização da operação.

Por meio do sistema são controlados o licenciamento das operações, a entrada e a saída de mercadorias do território nacional e as operações cambiais, devido a interligação desse programa com a rede SISBACEN.

(aula de Sistemática do Comércio Exterior, proferida pelo professor Ms. Luiz Antonio Ramalho Zanoti).

O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) é um sistema informatizado, por meio do qual é exercido o controle governamental do comércio exterior brasileiro. É uma ferramenta facilitadora, que permite a adoção de um fluxo único de informações, eliminando, assim, controles paralelos, e diminuindo, significativamente, o volume de documentos envolvidos nas operações. Possibilita, assim, competitividade às empresas exportadoras, na medida em que reduz o custo da burocracia.

Os Bancos Centrais surgiram na Europa a partir do Século XVI, em função das necessidades das instituições financeiras. Um Banco Central é uma instituição financeira independente ou ligada ao Estado, responsável por garantir a estabilidade e poder de compra da moeda de cada país e de todo

sistema financeiro. Tem o objetivo de definir as políticas monetárias e políticas que regulamentam o sistema financeiro local. Age, dessa forma, interferindo no mercado financeiro quando necessário, regulando juros e avaliando os riscos econômicos para o país.

São duas as justificativas para a existência de um banco central:

- Uma é de ordem macroeconômica, relativa às políticas monetária e cambial;
- A outra é de ordem microeconômica, ligada à estabilidade do sistema financeiro.

As questões de ordem macroeconômica predominam, caracterizando o banco central como a instituição responsável pelas políticas monetária e cambial. As questões microeconômicas implicam conceitos mais complexos, apesar da origem dos bancos centrais.

(aula de Sistemática do Comércio Exterior, proferida pelo professor Ms. Luiz Antonio Ramalho Zanoti).

O Banco Central do Brasil (BACEN) é vinculado ao Ministério da Fazenda e é o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional, tem o objetivo de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e de solidificar o sistema financeiro nacional.

Dentre suas atribuições estão: autorizar o funcionamento e fiscalizar as instituições financeiras, efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais, receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias, realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras, exercer o controle de crédito e da movimentação de capitais estrangeiros, emitir moeda. O BACEN, seguindo deliberação do Conselho Monetário Nacional, emite papel moeda e moeda metálica.

O SISBACEN (Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio) controla todas as operações de compra e venda de moeda estrangeira.

Foi criado em 1.988, pelo Banco Central do Brasil, para que esta pudesse melhor desempenhar as suas funções fiscalizadoras e de autoridade monetária. Este sistema acompanha diariamente as

operações de câmbio realizadas pelos bancos e por outros agentes autorizados a operar em câmbio.

No SISBACEN são controlados, também, os números da dívida externa brasileira e o Balanço de Pagamentos do País.

(aula de Sistemática do Comércio Exterior, proferida pelo professor Ms. Luiz Antonio Ramalho Zanoti).

O Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (SISBACEN) é um sistema de Informações do Banco Central. Possui um conjunto de recursos de tecnologia da informação, interligados em rede, utilizado pelo Banco Central na condução de seus processos de trabalho.

Conclusão

O trabalho proporcionou uma visão de como está o posicionamento atual das exportações de suco concentrado de laranja do Brasil, visto que as exportações geram muitas divisas ao país. Portanto, fica claro, que cada vez mais é importante buscar novos mercados. O Brasil tem grande capacidade produtiva, pois o clima tropical é de extrema importância para que se tenha uma laranja de qualidade.

Relatamos a importância do estudo da macroeconomia, para esclarecer a diferença que um produto, quando exportado, traz para a economia do país. Demonstramos a evolução da comercialização entre os países desde a época do mercantilismo, através da teoria de Adam Smith e da teoria de David Ricardo. A importante contribuição que John Maynard Keynes e Michael Kalecki trouxeram para a questão econômica do ponto de vista da macroeconômico.

Constatamos que, atualmente, 98% da produção da laranja brasileira é exportada enquanto que, apenas 2% é mantido no Brasil para consumo interno. Por se tratar de um produto importante para a economia brasileira, o mercado cítrico ainda pode ser amplamente explorado, tanto é que países vizinhos já estão com grandes investimentos nesse setor.

A empresa Inter Brasil Ind. e Com. de Concentrados de Frutas Ltda., detentora do concentrado de frutas Tutty Citrus, vem desenvolvendo pesquisas para conquistar mercados internacionais, sendo o principal alvo os EUA (Estados Unidos da América) e a Europa. Esses países são grandes consumidores de sucos, em especial os de laranja.

O objetivo inicial é o de desenvolver a exportação do concentrado de laranja, que atualmente é um dos “carros-chefes” da empresa.

A empresa dispõe atualmente de 13 sabores de concentrados: laranja com célula, laranja sem açúcar, limão, tangerina, caju, maracujá, abacaxi, goiaba, acerola, uva, manga, pêssego, laranja com acerola e morango. Não descarta a possibilidade, caso obtenham sucesso com a exportação do concentrado de laranja, de investir em outros sabores para exportação.

Referências Bibliográficas

ACKLEY, Gardner. **Teoria Macroeconômica**. 3ª Ed., São Paulo: Pioneira, 1989.

AMARAL, Alberto do Junior. **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

AMARAL Antonio C. Oliveira e LIMA Emerson Carvalho. **Política Cambial: Efeitos na Balança Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

BARBOSA, Rubens Antonio. **Barreiras aos Produtos, Serviços e Investimentos do Brasil no Estados Unidos**. 2ª Ed.. São Paulo: Aduaneira, 2002.

CAMPANATTI Pereira, R. Conteúdo de aulas de **Economia II** (Teoria Macroeconômica). Fundação Educacional do Município de Assis, 2007.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA; César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAVES, Richard E.; FRANKEL Jeffrey A.; JONES Ronald W. **ECONOMIA INTERNACIONAL COMÉRCIO E TRANSAÇÕES GLOBAIS**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FURTADO Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional - Teoria e Política**. 5ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MIGLIOLI, Jorge. **Kalecki**. São Paulo: África, 1980.

NEVES Marcos Fava; SCARE Roberto Fava. **Marketing & Exportação**. São Paulo: Atlas, 2001.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 1997.

WILLIAMSON, John. **Economia Aberta e a Economia Mundial**. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1988.

ZANOTI, Luiz Antonio Ramalho. Conteúdo de aulas de **Sistemática do Comércio Exterior**. Fundação Educacional do Município de Assis, 2009.

Referências Eletrônicas

<http://www.estadao.com.br/economia>. Acesso em: 21 de março de 2009.

<http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/balancacomercial.htm>. Acesso em: 21 de março de 2009.

<http://www.estadao.com.br/economia>. Acessado em: 11 de agosto de 2009.

http://www.portaldoagrovit.com.br/agro/fruticultura/a%20_historia_%20da%20_laranja.pdf. Acesso em: 18 de out. 2009.

http://www.ufrgs.br/alimentus/feira/prfruta/SLC/pr_HistLarConc.htm. Acesso em: 23 de outubro de 2009.